

SÉRIE BREVE DA POLÍTICA

Justiça de transição para a reconciliação no Brasil?

Por Carlos Vasconcelos

Resumo da Política Série 100 (2020)

1. Fatos e percepções recentes

Às vésperas de uma audiência de *habeas corpus* perante o Supremo tribunal que poderia libertar o ex-presidente Lula, o Exército O comandante, general Villas-Boas, divulgou um tweet intrigante sobre "impunidade" que foi considerada por muitos como um ato claro de assegurada pelos militares, com o objetivo de influenciar a decisão judicial. Em outra ocasião, o agora vice-presidente, general Mourão, especulou sobre a possibilidade de as forças armadas intervirem

achados históricos.³

A consternação pública causada pelo assassinato de líderes rurais Paulo e ambientalista Paulo Sergio Almeida Nascimento em 12 Março de 2018 por assassinos contratados no Estado da Amazônia do Pará logo foi consignado ao esquecimento pela grande mídia com o notícias do assassinato espetacular do vereador do Rio de Janeiro Marielle Franco,⁴ supostamente por milicianos contratados por políticos. Nunca antes a memória de uma vítima de assassinato foi tão difamada

restabelecer a ordem caso os tribunais não tenham apagado certas elementos desejáveis 'fora da política. Em uma reunião de gabinete, o mesmo Villas-Boas levantou a voz para exigir um quadro jurídico claro para as tropas militares encarregadas da intervenção federal no Rio de Janeiro, porque ele não gostaria de "ver amanhã outro Comissão da Verdade". Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro incentivou celebrações antigas do aniversário do *golpe de Estado*, e o Ministro of Education anunciou mudanças nos livros escolares para substituir "1964 golpe" com a "revolução democrática de 1964".

Desde as manifestações públicas de 2013 no Brasil, houve um crescente movimento autoritário de direita que levanta sua voz em a arena política. De fato, as forças armadas em geral desfrutam de grande prestígio na população, medido pelas pesquisas de opinião. A percepção é de que os políticos, além de corruptos, trouxeram o país ao caos social e econômico, e os militares podem traga ordem. A tortura é aprovada por uma porção considerável de população¹, mesmo entre aqueles com ensino superior, como herança do longo período de escravidão. É amplamente praticado pelo polícia, mas, presume-se, aplica-se apenas a criminosos que 'merece'.² A percepção é de que a tortura foi aplicada apenas a "comunistas" ou "subversivos" durante os militares de 21 anos ditadura (1964-1985). Presidente Bolsonaro - um veterano militar que favorece a tortura e o amplo uso de armas de fogo - foi eleitos com base nesse discurso. Até o presidente da Supremo Tribunal, o juiz Dias Toffoli, falando em uma celebração pela trigésimo aniversário da Constituição de 1988, renomeou o *Golpe de estado* militar de 1964 como o "movimento de 1964", contra todos

¹ Enquanto membro da Câmara dos Deputados, Bolsonaro 'dedicou' seu voto a favor do impeachment do ex-presidente Dilma Rousseff a memória do coronel Brilhante Ustra, um notório torturador durante a ditadura.

² Veja Peter Kornbluh (ed.), *Brasil: Técnicas de Tortura Reveladas em Documentos desclassificados dos EUA*, Arquivo de Segurança Nacional, ington, DC, 8 de julho de 2014 (www.legal-tools.org/doc/6h70uo).

e difamados por grupos de direita nas mídias sociais, incluindo por um ex-juiz federal, agora governador do Estado do Rio de Janeiro. Os autores não foram levados a julgamento. O mesmo aconteceu com a trágica ruptura de barragem de Brumadinho no início de 2019, apenas dois anos depois e por razões semelhantes que levaram à ruptura de outra barragem em Mariana. A imunidade criminal parece endêmica para uma determinada categoria de crimes e criminosos, devido à falta de uma 'memória sócio-histórica' no Brasil.

2. 'Ditabranda' ou Ditadura à Brasileira

Diversas características distinguem a ditadura brasileira de outras que vimos na América do Sul. Com a exceção de Paraguai (35 anos), foi o mais longo (21 anos), comparado ao seus vizinhos Argentina, Chile, Uruguai e Peru. O golpe teve uma participação civil e empresarial significativa, bem como a apoio da grande mídia, que continuou por muitos anos. A designação de golpe ou ditadura 'militar' é uma conveniente maneira de culpar exclusivamente os militares pelas atrocidades perpetradas durante o período, renunciando assim à responsabilidade de aqueles que deram apoio financeiro e logístico. Foi percebido mais "suave" do que os regimes de seus vizinhos, provavelmente porque era mais "cirúrgico" e seletivo em sua violência.

É até hoje a única ditadura sul-americana cuja agentes não foram responsabilizados por suas atrocidades (se disciplinar ou criminalmente) graças a uma lei de anistia considerada "recíproco", e apesar de duas decisões claras da Interamericana Corte Americana de Direitos Humanos. Sabe-se agora que mesmo o general Ernesto Geisel - amplamente considerado o presidente que promoveu

³ Folha de S. Paulo, "Toffoli diz que hoje prefere provocar golpe militar tar de 'movimento de 1964'", 1 de outubro de 2018 (disponível no site local).

⁴ O Globo, "A Vereadora Marielle Franco é assassinada a tiros no Estácio", 14 de março de 2018 (disponível em seu site).

⁵ Brasil, Lei n. 6.683, 28 de agosto de 1979 (www.legal-tools.org/doc/27bd0b-1).

Página 2

uma redução na repressão e uma liberalização do regime - ordenou pessoalmente execuções de dissidentes. ⁶

3. Transição de cima para baixo e mitos úteis

"Transição pacífica" não significa que os generais espontaneamente entregou o poder. Em um certo momento, o regime perdeu público apoio e não resistiu à oposição generalizada e protestos de setores da sociedade civil. Importante, sua continuação não foi mais funcional para negócios e finanças. No entanto, as milícias obrigatório era forte o suficiente para impor as condições da transição, e forças democráticas não estavam interessadas em um confronto com um resultado imprevisível.

Essa forma específica de transição perpetuou dois mitos no Brasil. Primeiro, que as mudanças políticas sempre ocorreram pacificamente no Brasil, o que é apenas parcialmente verdadeiro porque eles foram o resultado de acordos entre as elites dominantes visando em fazer mudanças cosméticas, para preservar o sistema de dominação. Segundo, que as forças armadas nunca cometeram erros, constituindo a única instituição nacional habilitada a forçar os valores "permanentes" da nação.

Episódios como a guerra no Paraguai (1860 a 1865), a 'proclamação da República e o golpe de 1964 são narrados em tais maneira que as forças armadas, sempre que violaram a lei, sempre o fez para preservar os melhores interesses da nação. Historicamente pesquisas científicas nos dizem que a guerra no Paraguai, por exemplo provavelmente foi um genocídio perpetrado por uma aliança do Brasil, Uruguai e Argentina, financiados pelo Reino Unido, que eliminou a maioria dos cidadãos de um país próspero. De fato, Forças Armadas do Brasil - a maioria dos exércitos sul-americanos na verdade - especializados em perseguições e massacres desiguais contra seus cidadãos desarmados (o 'inimigo interno'), em vez de convenções guerras internacionais, uma impressão amplamente confirmada durante a desastrosa 1982 Guerra das Malvinas, emblemática para todos os exércitos latino-americanos.

4. Verdade frustrada, justiça e reconciliação

Nunca houve uma pressão genuína e maciça por justiça ou mesmo verdade sobre as atrocidades da ditadura brasileira, por

identificar, avaliar e tornar públicas várias atrocidades e suas criminosos ouvindo sobreviventes, testemunhas e oficiais do Estado bem como analisar informações documentais limitadas (o forças armadas usaram todo tipo de desculpas para não abrir seus arquivos como eles estavam fazendo em face de decisões judiciais anteriores). O relatório final da CNV autoritariamente forneceu nomes, números, e endereços. Independentemente do grau de violações que identificados - que foram bastante divulgados pela mídia - não despertar consternação na opinião pública. Mesmo as sugestões inofensivas gestões de verificação ou lustração não foram realizadas em todo o país, mas apenas como ação limitada por algumas administrações locais. Lá Não houve reeducação, não *mea culpa*, nenhuma mudança de mentalidade, nenhum compaixão.

Em termos de responsabilidade criminal, os resultados são decepcionantes. ing. Houve esforços notáveis em andamento por parte do Federal Ministério Público para deter alguns torturadores conhecidos perante tribunais federais criminais e civis. ⁹ Na maioria dos casos, juízes recusou a acusação por anistia, estatuto de limitação *ção julgada* , o princípio da legalidade ou *ne bis in idem*. Dentro Nos poucos casos em que uma acusação foi alcançada, um recurso de defesa um tribunal superior interrompa o processo usando uma ou mais mais dos motivos acima mencionados. Procurando uma interpretação que declararia inconstitucional a lei de anistia que admite 'anistia recíproca', o Conselho Federal da Ordem dos Advogados queixa institucional (ADPF nº 153) perante o Supremo Tribunal. ¹⁰ O Tribunal rejeitou-o por maioria ostensivamente não-jurídica

[doc/319ca5](#) , w¹

[tools.org/doc/77](#)

desaparecimentos e 5 / 1 funcionários do Estado responsáveis pela atroci- : ver Emilio Peluso Neder Meyer (co-ord.), *Justiça de Transição* de estudos sobre justificativa transnacional Transição da UFMG, Secretaria da Rede Latino Americana de Justiça de Transição e Initia Via, Belo Horizonte, 2017, p. 240 ([www.legal-tools.org/doc/59eshf](#)). Estimativas diferentes indicam cerca de 25.000 presos políticos (geralmente submetidos a diferentes tortura) e 10.000 exilados (UOL, "Presos políticos: golpe e repressão no Brasil, na Argentina e no Chile ", 7 de março de 2014

várias razões que não há espaço suficiente para discutir em cauda aqui. Somente vítimas e suas famílias, e algumas vozes da igreja, jornalistas, artistas, políticos, intelectuais, direitos humanos ativistas e a Ordem dos Advogados, levantaram a questão durante o regime civil desde 1985.

Foram necessários 10 anos para que houvesse uma iniciativa para reconhecer o status de desaparecimentos políticos de indivíduos que caíram Custódia do Estado e nunca mais foram vistos. A Comissão Especial A Comissão de Pessoas Mortas e Desaparecidas (CEMDP) foi criada por Lei n. 9.140 em 1995, o que exigia que o Estado procurasse suas permanece. Em 2002, a Lei nº. 10.559 criou a chamada Anistia Finalmente concretizando uma disposição da Constituição de 1988 ção. Estipulou reparação, reembolso e reabilitação comunitária políticas, julgamentos públicos para pedidos de reconhecimento pelas vítimas e desculpas públicas pelo Estado. 7

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) 8 de 2012 conseguiu

- ⁶ The Guardian, “Memorando 'surpreendente' da CIA mostra as ex-dicta-autorizada tortura e execuções”, 11 de maio de 2018 (www.legal-tools.org/doc/pvfm7l).
- ⁷ Marlon Alberto Weichert, *Justiça Transicional*, Estúdio Editores, São Paulo, 2015, pp. 31–36.
- ⁸ Criado pela Lei no. 12.528, de 18 de novembro de 2011, implementado em 16 de maio de 2012, entregue à presidente Dilma Rousseff em 10 de Dezembro de 2014: ver *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* ('*Relatório de CNV*'), vols. I, II e III (www.legal-tools.org/

(www.legal-tools.org/doc/yph79y)). Quanto aos povos indígenas, a CNV identificou 8.350 mortes por ação ou omissão do Estado no período de 1946 a 1988: ver “Violações de direitos humanos dos povos dígitos », no *Relatório da CNV*, vol. 2, texto 5, p. 205 (www.legal-tools.org/doc/da4019). Para a construção de uma rodovia entre Manaus e Boa Vista e de uma usina hidrelétrica, os achados revelaram um genocídio dos índios Waimiri-Atroari: de um população de 3.000 em 1972, não eram mais do que 350 em 1983, após repetidos massacres e envenenamentos (*ibid.*, p. 234). O fato que o governo Bolsonaro pretende estender uma transmissão através do seu território, alegadamente empregando as mesmas métodos utilizados durante a ditadura para obter o consentimento dos índios devido à urgência do trabalho, mostra apenas que o militares não se arrepende ou mesmo admite o genocídio anterior Folha de S. Paulo, “Governo Bolsonaro renova o temor de conflito em tribo da Amazônia”, 17 de março de 2019 (www.legal-tools.org/doc/ld7xsv/)).

- ⁹ Ver Brasil, Ministério Público Federal ('MPF'), 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, “Crimes de ditadura militar: Relatório sobre as atividades de perseguição penal criadas pelo MPF em matéria de sepulturas violadas pelo DH cometidas por agentes do Estado durante o regime de exceção”, MPF, Brasília, 2017 (www.legal-tools.org/doc/9gdjok/).
- ¹⁰ Brasil, Supremo Tribunal Federal, ADPF n. 153 (www.legal-tools.org/doc/8b04f9). [A equipe editorial agradece a Sra. Lígia Lazarini Monaco e Alessandra Costa e Silva por sua assistência ce.]

argumentos. 11 O recurso a esta decisão ainda estava pendente de quatro anos depois, o Tribunal não se atreve a iniciar o julgamento. Enquanto isso, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil em dois casos de violações graves dos direitos humanos cometidas durante a ditadura: o caso *Gomes-Lund*, referente a Guerrilha do Araguaia, e o caso *Herzog* mais recente, referente à tor-

eleições no Brasil. O controverso impeachment do Presidente Dilma Rousseff em 2016 - considerada por muitos como um golpe 15 - criou criou um ambiente político-legal em que tudo poderia ser possível de acordo com o direito constitucional, desde que um uma narrativa essencialmente coerente seria fornecida para impulsionar a realidade. este inclui a luta contínua, muito eficiente e meritória contra

assassinato de jornalista nas instalações do Exército

Comando em São Paulo. ¹²

Nenhum argumento convenceu o judiciário brasileiro ainda, ¹³ apesar da conscientização documentada de que os fatos representavam crimes contra a humanidade no momento da comissão e existem portanto, não sujeito a anistias; ou que parte da conduta (como desaparecimento forçado) continua, pois nem os restos mortais nem a pessoa foi encontrada - todos aceitos por outros países do Sul Tribunais americanos em que os juízes mudaram de opinião diante da os mesmos tipos de crimes e objeções.

5. O Brasil realmente precisa de justiça transitória 34 anos Mais tarde?

Deploravelmente, a justiça ou reconciliação transicional não foi um processar a opinião pública brasileira até 2014, exceto as vítimas, seus parentes e alguns publicitários. Foi visto como mais um questão moral. No momento da redação deste artigo, a maioria das população tem menos de 40 anos ¹⁴ e prefere olhar para o futuro em vez de despertar fantasmas do passado. Aparentemente, a democracia finalmente triunfara e a nação poderia se dar ao luxo de progredir liticamente, economicamente e socialmente sem processar seus recentes passado - estabilidade e esquecimento às custas da memória do vítimas e a tristeza de suas famílias. Os militares tinham retirado para suas funções profissionais, adotando um baixo perfil na política.

Contudo, as distorções da democracia e o declínio de suas prestígio aos olhos do público (como forma civilizada de exercício poder) tornou-se muito visível durante e após o período geral de 2014

¹¹ Da opinião principal do juiz Eros Roberto Grau, citando Karl Marx: "Todo mundo que conhece nossa história sabe que essa política acordo, resultando no texto da Lei nº. 6.683 / 79. [...] 'Os homens fazem sua própria história, mas não fazem como querem nas circunstâncias de sua escolha, mas naquelas com são confrontados diretamente, legados e transmitidos por o passado.'".

¹² Corte Interamericana de Direitos Humanos, *Gomes Lund et al. ("Guerrilha do Araguaia") v. Brasil*, Sentença, 24 de novembro 2010, série C, no. 219 (www.legal-tools.org/doc/a66e9e); *Herzog et al. v. Brasil*, Sentença, 15 de março de 2018, série C, n. 353 (www.legal-tools.org/doc/ad451a).

corrupção endêmica secular, que está sendo instrumental-criminalizar um partido político, exclui-o da geração de 2018 eleições gerais e, a longo prazo, proibir, se possível. ¹⁶

Esses esforços foram bem-sucedidos, pois foram exercidos por um período opinião pública que ficou intoxicada pela corrupção diária escândalos, desconfiados de política e políticos, e com pouco compromisso com a democracia. A preferência por soluções simples problemas complexos e crônicos e falta de condições sociais e memória histórica atraiu os eleitores de maneira esmagadora ao populista e soluções autoritárias nas eleições locais e nacionais. Isso pode consequências imprevisíveis para o Estado de Direito, direitos e meio ambiente. Os exemplos mais destacados são os governadores do Rio de Janeiro e São Paulo, Wilson Witzel e João Doria, além do presidente Bolsonaro. A falta de um genuíno encontro com o passado permitiu o retorno dos mesmos fantasmas que determinou a ditadura de 1964-1985.

Atualmente a sociedade brasileira enfrenta ódio e intolerância com base na opinião política, religião, etnia e gênero em um maneira que não poderíamos imaginar alguns anos atrás. Presidente As declarações de Bolsonaro revelam homofobia, misoginia, hostilidade para índios, afro-brasileiros e nordestinos, negação de mudança de companheiro, elogios à tortura - o caminho da inimizade da humanidade inimigo da humanidade (*hostis humani generis*) não é tão longe quanto pode pensar. Ele se envolve com os principais assessores que são linha-dura gerais, incluindo alguns veteranos do Haiti, como o general Augusto Heleno Ribeiro, o primeiro comandante das Nações Unidas Missão de Bilização no Haiti. Heleno Ribeiro é acusado de ter realizou um massacre real entre a população civil de Port-a favela do príncipe Cité Soleil. Na chamada "Operação Punho de Ferro" (2005), suas tropas dispararam 22.000 cartuchos de munição em apenas sete horas, matando não apenas o procurado chefe dos gangsteres, Dread Wilme, mas também - embora nunca tenha sido oficialmente confirmado pelos Estados Unidos. muitas mulheres e crianças que foram atacadas. ¹⁷ Tarde

¹⁵ Veja, entre muitas interpretações acadêmicas, Jessé Souza, *A radio-grafia do golpe*, LeYa, Rio de Janeiro, 2016.

¹⁶ Veja as mensagens de texto vazadas entre o ex-juiz federal Sergio Moro, agora ministro da Justiça, e promotores do 'Car-Wash' ('Lava Jato'), disponibilizada ao jornalista Glenn Gre-demonstrando uma conspiração entre juiz e acusação. contra o réu, ex-presidente Luiz Inácio Lula da

Um estudo desenvolvido por especialistas da Harvard Law School International. A Clínica de Direitos Humanos demonstrou em profundidade que Chile, Argentina, O Peru e o Uruguai tinham obstáculos 'legais' idênticos às ações criminosas responsáveis pelos crimes de suas respectivas ditaduras e ainda estes foram removidos por diferentes decisões judiciais, levando à conclusão de que no Brasil falta apenas vontade política para uma verdadeira justiça de transição. Ver Clínica Internacional de Direitos Humanos, *Jurídico Caminhos para a responsabilização por crimes de ditadura: traçando o Cursos jurídicos na América Latina e sua relevância para o Brasil*, 1 Outubro de 2012 (www.legal-tools.org/doc/ltty165/).

- ¹⁴ Veja Glenda Mezarobba, “Brasil: o caminho tortuoso da verdade e justiça”, em Elin Skaar, Memima García-Godos e Cath Collins (*justiça de transição na América Latina* , Routledge, New York, 2016, p. 120: “Metade da população brasileira de hoje está sob 30 e não tem memória viva ou participação na ditadura. Eles luta para sobreviver em uma sociedade marcada por altos índices de violência, onde o acesso à justiça ainda é precário”.

Justiça de transição para a reconciliação no Brasil?

Silva, para condená-lo a qualquer custo, a fim de excluí-lo da a corrida eleitoral em um momento em que ele era o favorito na opinião pesquisas. [Nota do editor: Greenwald foi acusado de “supostamente or-a invasão de comunicações de governos seniores funcionários públicos e promotores de justiça de longa data do país Investigação de corrupção de Jato” em 21 de janeiro de 2020 (ver Financial Times, “os promotores brasileiros acusam a jornalista americana Glenn Greenwald”, 21 de janeiro de 2020). Um juiz federal negou provimento às acusações contra ele em 6 de fevereiro de 2020, o dia em que o autor faleceu (ver New York Times, “Juiz do Brasil rejeita acusações contra o jornalista Glenn Greenwald”, 6 de fevereiro de 2020).]

¹⁷ Veja Siobhán Wills, “Uso da força mortal pelas forças de manutenção da paz fora de situações de conflito armado: que leis se aplicam?”, em *Quarterly sobre direitos humanos* , 2018, vol. 40, n. 3, págs. 663, 666; James Cockayne, “A futilidade da força? Lições Estratégicas para Lidar com grupos armados não convencionais da guerra da ONU contra o Haiti Gangs”, em *Journal of Strategic Studies* , 2014, vol. 37, n. 5, pp.

www.toaep.org • 3

Page 4

Em 2019, ele propôs o uso de métodos semelhantes nas favelas do Rio de Janeiro como parte da chamada “guerra às drogas”.

Em relação à recente tragédia da floresta amazônica que chegou à agenda do G-7 - e é discutido na política anterior resumo desta série - Presidente Bolsonaro afrouxou instrumentos de vigilância e controle, atacou cientistas que o avisaram sobre o aumento do desmatamento, repetidamente tornado permissivo discursos irresponsáveis que forneciam pecuaristas, madeireiros e mineiros com impunidade, e rejeitou qualquer cooperação internacional como se a soberania fosse um conceito absoluto.

Em retrospectiva, vemos que as medidas adotadas para superar a ditadura deixou intacto o aparato de repressão. Houve nada semelhante a um *Entnazifizierung* , uma reeducação dentro do forças armadas e de segurança, uma educação em direitos humanos para o novo gerações, ou uma extinção dessas forças como aconteceu com o *Volksarmee* da antiga Alemanha comunista. A mesma cultura,

dever de punir os crimes da ditadura. Também não vejo nenhuma documento capaz de convencer a sociedade brasileira da importância desta questão para a consolidação da democracia. A única maneira de trazer um pouco de justiça é a pressão a nível nacional e níveis internacionais - em outras palavras, uma estratégia de 'nomear e envergonhando os perpetradores e o Estado.

Estas são algumas medidas de boas práticas bem estabelecidas que deve ser considerado:

- preparar e enviar tantos casos quanto a evidência permitir a Corte Interamericana de Direitos Humanos e outras criar foros internacionais de direitos humanos;
- manter a estratégia do Ministério Público Federal de apresentação de casos e apelos a tribunais federais, conforme apropriado;
- funcionários públicos de 'nome e vergonha' ainda trabalhando em segurança forças pela sua participação em atrocidades durante o ditador

mesma ideologia, e até uma certa superioridade moral permanece nos círculos militares. Em outras palavras, os germes para a perpetração de novos crimes contra a humanidade ainda estão lá.

6. Promovendo a reconciliação no Brasil

A conquista da verdade, justiça e reconciliação é definitivamente uma tarefa para a sociedade brasileira. Mais do que uma tarefa, é um dever que deve para si mesmo, se quiser se levantar como nação, para a memória de vítimas e à humanidade - e permanecer um participante confiável relações Internacionais. É também do interesse das forças armadas instituições como uma maneira de se purificar de um passado de atrocidades.

Parece claro, no entanto, que esse dever não será cumprido sem apoio e pressão adequados da comunidade internacional comunidade. A cooperação internacional é solidária com os povo brasileiro e o cumprimento de um direito universal à justiça tice. Afinal, crimes contra a humanidade protegem não apenas as vidas e liberdades das vítimas, mas sua comissão é motivo de preocupação a todas as nações e povos da terra.

Ferramentas e fundamentos legais estão disponíveis para o Estado Brasileiro em abundância. Duas derrotas na Corte Interamericana de Direitos Humanos e três comissões domésticas oferecem um roteiro de recomendações claras recomendações. A literatura jurídica e jurisprudência de outros países do Sul Os países americanos que alcançaram a verdade e a justiça mostram como superar os obstáculos 'legais' normalmente invocados pelos brasileiros tribunais.

O que impede o Brasil de buscar a justiça por suas trevas anos e a partir de conseqüências razoáveis da história pesquisa? É simplesmente uma falta de vontade política. A percepção errônea que o preço da democracia e da estabilidade política poupa petrificadores de crimes contra a humanidade por responsabilidade criminal prevaleceu até hoje.

Não existem instrumentos materiais capazes de combinar eficientemente obrigando o Estado brasileiro a cumprir suas obrigações nacionais e internacionais.

736, 748; e Kai Michael Stargardter, “general Augusto Heleno, futuro ministro, liderou missão polêmica no Haiti ”, em *Exame*, 29 Novembro de 2018 (www.legal-tools.org/doc/ssjff8/).

Justiça de transição para a reconciliação no Brasil?

- navio;
- pressionar prefeitos e outros líderes políticos a renomear o poder público lugares que atualmente honram os agentes da ditadura;
- incentivar oficiais militares de alto escalão a discutir suas pontos de vista em instituições de pesquisa dedicadas ao estudo da ditadura;
- questionar representantes brasileiros em fóruns internacionais sobre seu compromisso com os direitos humanos sempre que buscam um posição em organismos multilaterais que isolam o Brasil ou o tornam parece um parceiro internacional não confiável na aplicação de direitos humanos; e
- manter denúncia internacional e, sempre que possível, sanções econômicas e políticas.

Carlos Vasconcelos foi procurador-geral federal adjunto da Brasil. Ele era um candidato pré-selecionado para servir como o primeiro tutor do Tribunal Penal Internacional (mas foi bloqueado por Dr. Zeid Ra'ad al-Hussein, então Presidente do Bureau da Assembléia dos Estados Partes da Corte). Seu capítulo sobre o do Procurador do Tribunal na antologia His-Origens do Direito Penal Internacional: Volume 5 (<https://www.toaep.org/ps-pdf/24-bergsmo-rackwitz-song>) tornou-se a principal autoridade sobre o tema. Ele atuou como Judiciário Sênior Oficial de Assuntos da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste e co-autor do projeto de lei e membro do comissão criada pelo governo brasileiro para adaptar as legislação ao Estatuto do Tribunal Penal Internacional. Ele faleceu em 6 de fevereiro de 2020.

ISBN: 978-82-8348-166-2.

TOAEP-PURL: <http://www.toaep.org/pbs-pdf/100-vasconcelos/>.

LTD-PURL: <https://legal-tools.org/doc/coartk>.

Torkel Opsahl Academic EPublisher

E-mail: info@toaep.org

www.toaep.org

Todos os direitos reservados pelo editor acadêmico Torkel Opsahl (TOAEP).